

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 536.622 - SP (2019/0294230-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : EUGENIO VALDICO DOS SANTOS
ADVOGADO : ELIVANI AUGUSTO SUDARIO - SP354028
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Conforme a juntada dos documentos de e-STJ fls. 63/116, reconsidero a decisão que indeferiu liminarmente a impetração (e-STJ fls. 59/61).

Passo à análise do pedido liminar.

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EUGENIO VALDICO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pelo crime de extorsão (por duas vezes), na forma do art. 71 do Código Penal. Inconformadas, defesa e acusação interpuseram recurso de apelação no Tribunal *a quo*, o qual desproveu o recurso defensivo e proveu parcialmente o recurso ministerial para que elevadas fossem as penas-base acima do mínimo legal para 6 (seis) anos, 4 (quatro) meses e 6 (seis) dias de reclusão e pagamento de 14 (catorze) dias-multa (e-STJ fls. 95/107).

Na presente impetração, a defesa pugna pela absolvição ou pela desclassificação do delito imputado ao paciente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos

Superior Tribunal de Justiça

autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator